

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE
GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA BAHIA NORTE S.A.

CELEBRADA ENTRE

CONCESSIONÁRIA BAHIA NORTE S.A.

COMO EMISSORA, E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

DATADA DE
17 DE DEZEMBRO DE 2012



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA BAHIA NORTE S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

(a) **Concessionária Bahia Norte S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Dr José Peroba, nº 297, 7º andar, Ed. Atlanta Empresarial, CEP 41.770-235, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o número 12.160.715/0001-90, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Bahia Norte" ou "Companhia" ou "Emissora"); e

como agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas,

(b) **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"),

(a Emissora e o Agente Fiduciário são referidos conjuntamente como "Partes" e, individualmente, como "Parte")

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária Bahia Norte S.A. (respectivamente, "Escritura de Emissão" e "Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Termos iniciados em letras maiúsculas terão o seguinte significado quando utilizados na presente Escritura de Emissão:



“Agência Classificadora de Risco” significa a agência de classificação de risco contratada pela Emissora para ser responsável pela avaliação e monitoramento de risco das Debêntures na forma prevista nesta Escritura de Emissão, que poderá ser a Standard and Poor's, a Fitch Ratings e/ou a Moody's Investors Service;

“Agente Fiduciário” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura de Emissão;

“ANBIMA” significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

“Assembleia Geral de Debenturistas” tem o significado que lhe é atribuído no item 7.1 desta Escritura de Emissão;

“AGE” tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 desta Escritura de Emissão;

“AGERBA” significa a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia;

“Auditor Independente” significa uma pessoa autorizada pela CVM para a prestação de serviços de auditoria independente;

“Banco Mandatário” tem o significado que lhe é atribuído no item 3.6 desta Escritura de Emissão;

“CETIP” significa a CETIP S.A. – Mercados Organizados;

“CNPJ/MF” significa o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

“Código ANBIMA” significa o “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, datado de 1º de junho de 2011;

“Código Civil Brasileiro” significa a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;

“Código de Processo Civil” significa a Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;



“Concessão” significa a prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária do Sistema BA-093, nos termos do Edital de Concessão nº 01/2010;

“Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Creditórios” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.19.1 desta Escritura de Emissão;

“Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Emergentes” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.19.1 desta Escritura de Emissão;

“Contrato de Compartilhamento de Garantias” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.19.3 desta Escritura de Emissão;

“Contrato de Concessão” significa o contrato firmado entre o Estado da Bahia, o DERBA, a AGERBA e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos, em virtude de procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente, nos termos do Edital de Concessão nº 01/2010;

“Contrato de Distribuição” significa o “Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Concessionária Bahia Norte S.A., celebrado em 14 de dezembro de 2012 entre a Emissora e o Coordenador Líder;

“Contrato de Penhor de Ações” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.19.2 desta Escritura de Emissão;

“Coordenador Líder” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.1 desta Escritura de Emissão;

“CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários;

“Data de Emissão” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.2 desta Escritura de Emissão;

“Datas de Pagamento” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.3 desta Escritura de Emissão;



“Datas de Pagamento de Principal” significa cada uma das datas indicadas no quadro constante do item 4.8 da presente Escritura de Emissão;

“Data de Pagamento de Remuneração” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.3 desta Escritura de Emissão;

“Data de Vencimento” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.7 desta Escritura de Emissão;

“Data do Resgate Antecipado” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.12.1 desta Escritura de Emissão;

“Debêntures” significa as debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, emitidas por meio da presente Escritura de Emissão;

“Debêntures em Circulação” tem o significado que lhe é atribuído no item 7.6.2 desta Escritura de Emissão;

“Debenturistas” significa, conjuntamente, os titulares das Debêntures;

“DERBA” significa o Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia;

“Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que a Emissora é sediada ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional;

“Emissão” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura de Emissão;

“Emissora” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura de Emissão;

“Encargos Moratórios” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14 desta Escritura de Emissão;

“Escriturador” tem o significado que lhe é atribuído no item 3.6 desta Escritura de Emissão;



“Escritura de Emissão” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo do presente instrumento;

“Garantias” significa as garantias prestadas e compartilhadas por meio do (i) aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Creditórios; (ii) aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Emergentes; (iii) aditamento ao Contrato de Penhor de Ações; bem como por meio do (iv) aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias, todos firmados entre a Emissora, o Banco do Nordeste do Brasil e a Desenhahia;

“IGP-M” significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

“Instrução CVM 28” significa a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;

“Instrução CVM 358” significa a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;

“Instrução CVM 409” significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;

“Instrução CVM 476” significa a Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da CVM;

“Investidores Qualificados” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476;

“JUCEB” significa a Junta Comercial do Estado da Bahia;

“Lei das Sociedades por Ações” significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

“Oferta Restrita” tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2.1 desta Escritura de Emissão;

“Partes” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo da presente Escritura de Emissão;



"Período de Capitalização" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.4 desta Escritura de Emissão;

"Poder Concedente" significa, em conjunto, o Estado da Bahia, a AGERBA e o DERBA, conforme disposto no Contrato de Concessão;

"Prêmio de Resgate" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.12.1 desta Escritura de Emissão;

"Principal" significa o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso;

"Remuneração" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.2 desta Escritura de Emissão;

"SDT" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.5.1 desta Escritura de Emissão;

"SND" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.5.1 desta Escritura de Emissão;

"Taxa DI" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.2 desta Escritura de Emissão;

"Valor Total da Emissão" tem o significado que lhe é atribuído no item 3.1 desta Escritura de Emissão; e

"Valor Nominal Unitário" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.1 desta Escritura de Emissão.

1.2. Termos definidos no singular terão o mesmo significado quando utilizados no plural e vice-versa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA AUTORIZAÇÃO E REQUISITOS

2.1. Autorização Societária

2.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora em reunião realizada em 14 de dezembro de 2012 ("AGE"), na qual foram deliberadas: (i) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; (ii) a constituição das Garantias; e (iii) a autorização à Diretoria da Companhia, ou a seus procuradores, para praticar todos os atos necessários à



efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA

2.2.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares ("Oferta Restrita").

2.2.2. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2.3. Por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA.

2.3. Registro na JUCEB e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE será registrada na JUCEB e publicada nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, quais sejam, o Diário Oficial do Estado da Bahia e o jornal local "Tribuna da Bahia".

2.4. Inscrição desta Escritura de Emissão na JUCEB

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEB, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o disposto no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, depois de decorridos 90 (noventa) dias da



respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão das Debêntures é de R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), colocados em regime de garantia firme de colocação pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição.

3.2. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 3.800 (três mil e oitocentas) Debêntures.

3.3. Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao financiamento de parte do programa de investimentos da Emissora.

3.5. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário da Emissão e o agente escriturador das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara ("Banco Mandatário" ou "Escriturador", conforme o caso, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).



3.7. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.8. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, a Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas ("Sistema Rodoviário"), tudo em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão ("Contrato de Concessão") firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente") e a Sociedade, em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concessão nº 01/2010.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Coordenador Líder"), de acordo com o Contrato de Distribuição.

4.1.2. Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida ao Coordenador Líder a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.



4.1.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.1.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4.1.7. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise sobre a Emissora e a Emissão.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 21 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. No âmbito e para os efeitos do artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476, cada Investidor Qualificado deverá subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, o montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) em Debêntures.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou



certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será expedido extrato pela CETIP em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração incorrida desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, calculada *pro rata temporis*.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de dezembro de 2019 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento.

4.8. Amortização do Principal

A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em 10 (dez) parcelas semestrais e consecutivas, calculada sobre o Valor Nominal Unitário, sendo a primeira parcela devida em 21 de junho de 2015 e a última na Data de Vencimento, conforme indicado na tabela abaixo:



Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal		
1ª parcela	21 de junho de 2015	1,9737%
2ª parcela	21 de dezembro de 2015	1,9737%
3ª parcela	21 de junho de 2016	5,9211%
4ª parcela	21 de dezembro de 2016	5,9211%
5ª parcela	21 de junho de 2017	9,8684%
6ª parcela	21 de dezembro de 2017	9,8684%
7ª parcela	21 de junho de 2018	13,8158%
8ª parcela	21 de dezembro de 2018	13,8158%
9ª parcela	21 de junho de 2019	18,4210%
10ª parcela	21 de dezembro de 2019	18,4210%

4.9. Atualização Monetária e Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.9.2. As Debêntures farão jus a remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de *spread* de 2,50% (dois inteiros e cinco décimos percentuais) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Pagamento de Remuneração posterior, a Data de Vencimento ou data do resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor da Remuneração devida em cada Data de Pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



VNe = Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário) no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a Data de Pagamento de Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do "Fator DI", sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = 1, 2, ... n;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}$$

onde,

$\text{spread} = 2,5000$; e

DUP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e a data de cálculo em questão (exclusive), sendo "DUP" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.3. A Remuneração será devida semestralmente, nos dias 21 de junho e 21 de dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 21 de junho de 2015 e a última na Data de Vencimento (cada uma das datas de pagamento de Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração" e, em conjunto com cada Data de Pagamento de Principal, uma "Data de Pagamento"). Caso qualquer Data de Pagamento venha a incidir em dia que não seja Dia Útil, a Emissora efetuará tal pagamento no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente posterior.



4.9.4. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia (i) na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração do respectivo período (exclusive) ("Período de Capitalização").

4.9.5. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade, até a liquidação integral das Debêntures.

4.9.6. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento.

4.9.7. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior a 5 (cinco) Dias Úteis, aplicar-se-á o disposto no item 4.9.8 abaixo.

4.9.8. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, no caso de extinção da Taxa DI, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI tenha sido extinta ou não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta CVM/BACEN nº 13, de 14 de março de 2003, e demais regras aplicáveis, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, serão utilizadas as fórmulas estabelecidas no item 4.9.2 acima, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.9. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.8 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a



ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9.2 acima, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.10. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.8 acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, sobre qual a alternativa escolhida:

- (a) resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consêquente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração incorrida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, serão utilizadas as fórmulas estabelecidas no item 4.9.2 acima, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (b) amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, com seu conseqüente cancelamento, em cronograma a ser estabelecido pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em Circulação. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da respectiva Remuneração, serão utilizadas as fórmulas estabelecidas no item 4.9.2 acima, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva apresentada pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas. Durante o cronograma estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em Circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser acordada entre a Emissora e os Debenturistas.



4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, após autorização dos Debenturistas, e posteriormente arquivados na JUCEB.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo e Aquisição Antecipada Facultativa

4.12.1. A qualquer momento, a Emissora poderá proceder ao resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, nos termos deliberados pela Assembleia Geral de Acionistas da Emissora e mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas" nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de pagamento do resgate antecipado, a qual deverá obrigatoriamente constar do "Aviso aos Debenturistas" ("Data do Resgate Antecipado"). O resgate antecipado deverá ser integral, mediante o pagamento do (i) saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data do Resgate Antecipado multiplicado pelo número de Debêntures em Circulação no Dia Útil imediatamente anterior, acrescido do valor da Remuneração devida até a Data do Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do Período de Capitalização em curso na ocasião; e (ii) de prêmio de resgate ("Prêmio de Resgate") correspondente ao apresentado no item 4.12.2 abaixo, incidente sobre a somatório dos valores calculados nos termos dos subitem (i) deste item 4.12.1. Uma cópia do "Aviso aos Debenturistas" deverá ser enviada, na data de sua publicação, ao Agente Fiduciário, à CETIP e ao Banco Mandatário.

4.12.1.1. No "Aviso aos Debenturistas" deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado; (b) menção ao valor do Resgate Antecipado; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

4.12.2. Para a apuração do valor do Prêmio de Resgate das Debêntures as Partes concordam que deverá ser de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio} = 2\% \times \text{DD/TDC}$$



onde,

DD = dias corridos entre a Data do Resgate Antecipado e a Data de Vencimento; e

TDC = total de dias corridos da Emissão.

4.12.3. Farão jus ao recebimento dos valores decorrentes do Resgate Antecipado os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado.

4.12.4. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.12.5. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos do item 4.12.4 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus a mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto neste item 4.13, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme aplicável), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável), até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma dessas hipóteses, "Eventos de Inadimplemento"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures não sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário;



- (b) inadimplemento pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 7 (sete) Dias Úteis, exceto nos casos de prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário;
- (c) ocorrência de (i) decretação de falência da Emissora e homologação de pedido de recuperação judicial da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) apresentação, por parte da Emissora, de pedido de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (iv) ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (d) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão sejam falsas, incorretas, materialmente incompletas ou enganosas;
- (e) decretação de vencimento antecipado de quaisquer empréstimos ou financiamentos celebrados entre a Emissora e o Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- (f) decretação de vencimento antecipado de contratos celebrados com instituições financeiras, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (g) protestos legítimos de títulos de responsabilidade ou coobrigação da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior ao equivalente a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação de protesto pela Emissora tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por dolo ou má fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo;
- (h) sofrer execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado em decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, cujo valor, individual ou agregado seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais);
- (i) se a Emissora tiver o seu controle societário, direto ou indireto, transferido a terceiro ou vier a ser incorporada, ou ocorrer a fusão ou a transferência, seja por



cisão ou por qualquer outra forma de reorganização societária, da Emissora para outra entidade, sem que os Debenturistas tenham se manifestado prévia e formalmente acerca da operação, exceto no caso de reestruturações societárias dentro da Organização Odebrecht ou do Grupo Invepar e se a Emissora permanecer sob controle, direto ou indireto, de empresa pertencente à Organização Odebrecht ou do Grupo Invepar;

- (j) se a Emissora vier a cessar suas atividades empresariais e adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) mudança ou alteração no objeto social da Emissora que modifique de forma relevante as atividades atualmente por ela praticadas, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou que representem desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (l) comprovação de que os recursos obtidos com a Emissão foram aplicados e/ou destinados de forma diversa à prevista nesta Escritura de Emissão;
- (m) as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão venham a se tornar ineficazes ou inexecutáveis e tal ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 90 (noventa) Dias Úteis após a notificação do Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido;
- (n) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais), ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, for comprovado que houve medida suspensiva de exigibilidade;
- (o) subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto no caso em que a preferência decorra de determinação legal ou desde que haja consentimento expresso dos Debenturistas;
- (p) prestação de garantia a terceiros, cessão, ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre as Garantias relativas à Emissão, salvo se previamente autorizado pelos Debenturistas;



[Handwritten signature]

- (q) redução do capital social da Emissora, salvo se autorizada pelos Debenturistas;
- (r) pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora das obrigações pecuniárias perante os Debenturistas;
- (s) extinção, não renovação, cancelamento, perda, cassação, intervenção, revogação ou suspensão do Contrato de Concessão, desde que a respectiva extinção, não renovação, cancelamento, perda, cassação, intervenção, revogação ou suspensão não seja sanada ou de outra forma solucionada no prazo de 90 (noventa) dias contados da sua decretação pelo Governo do Estado da Bahia; e
- (t) a nota de classificação de risco (*rating*) da Emissão, atribuída pela Standard and Poor's ou pela Fitch Ratings ou Moody's Investors Service, passar a ser, a qualquer momento, mais do que 2 (duas) posições inferiores ao *rating* atribuído para esta Emissão.

4.13.2. A ocorrência dos Eventos de Inadimplemento descritos nas alíneas "a", "c" e "e" do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aplicando-se o disposto no item 4.13.4 abaixo.

4.13.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, exceção feita aos eventos de vencimento antecipado automáticos indicados no item 4.13.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima e o quórum específico estabelecido no item 4.13.3.1 abaixo. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.13.3.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.13.3 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.



4.13.3.2. Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação. Somente na hipótese de: (i) instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.3 acima em primeira convocação, conforme previsto no item 7.4.1 desta Escritura de Emissão, e de não aprovação do exercício da faculdade prevista no item 4.13.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.3 acima em segunda convocação; ou (iii) instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.3 acima em segunda convocação e de não aprovação do exercício da faculdade prevista no item 4.13.3 acima, por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto no item 4.13.4 abaixo.

4.13.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa moratória de 1% (um por cento) e (ii) juros moratórios *pro rata temporis* à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da obrigação pecuniária.



4.16. Local de Pagamento

Observado o disposto no item 4.17 abaixo, os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou, ainda, por meio do Banco Mandatário e Escriturador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver diretamente os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de avisos no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal local "Tribuna da Bahia", utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A publicação dos referidos atos poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas ou ao Agente Fiduciário.

4.19. Garantias

4.19.1. As obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures serão garantidas por cessão fiduciária de recebíveis, a ser constituída por meio da celebração dos seguintes instrumentos:

- (a) aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Creditórios, celebrado em 14 de setembro de 2011 entre a Companhia, na qualidade de cedente, o BNB e a DESENBAHIA, conforme aditado, se for o caso ("Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Creditórios"); e
- (b) aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Emergentes, celebrado em 14 de setembro de 2011 entre a Companhia, na qualidade de cedente, o BNB e a DESENBAHIA, conforme aditado, se for o caso ("Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Emergentes").



Y

4.19.2. Ainda, as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures serão garantidas pelo penhor de 100% das ações de emissão da Emissora ("Ações Empenhadas"), por meio de aditamento ao Contrato de Penhor de Ações, conforme aditado, se for o caso ("Contrato de Penhor de Ações").

4.19.3. As Garantias deverão ser integralmente compartilhadas com o Coordenador Líder e a Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. ("Desenhahia"), credores da Emissora, por meio da celebração de aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias, o qual irá regular, entre outras, as relações entre a Desenhahia, o Coordenador Líder e os Debenturistas quanto às Garantias ("Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias").

4.19.4. As Garantias deverão ser levadas a registro, às expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das Partes, nos prazos previstos nos referidos contratos, devendo, adicionalmente, o penhor sobre as Ações Empenhadas ser averbado nos livros da Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de agente escriturador das Ações Empenhadas, o qual será anotado nos extratos da conta de depósito fornecidos aos acionistas, nos termos do Contrato de Penhor de Ações.

4.19.5. Uma vez observados os requisitos e prazos para formalização e constituição das Garantias previstos nos respectivos contratos e nesta Escritura de Emissão, estarão formalizadas as garantias outorgadas para a presente Emissão, de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações principais e acessórias da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.19.6. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário representando os Debenturistas, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.20. Classificação de Risco

4.20.1. Foi contratada como agência de classificação de risco da Emissão a Moody's Investors Service ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuiu *rating* "Baa1", em escala nacional, às Debêntures.



Handwritten signature in blue ink.

4.20.1.1. As Debêntures serão reavaliadas anualmente por uma das seguintes agências internacionais classificadoras de risco: Standard and Poor's, Fitch Ratings ou Moody's Investors Service, de forma que as Debêntures sempre tenham uma nota de *rating* válida e em vigor, até o cumprimento integral das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores;
- (ii) dentro de 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, na medida necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM 28;
- (iii) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (iv) aviso aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM 358, assim como atas de assembleias gerais e reuniões de conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (v) em até 10 (dez) Dias Úteis da data em que forem divulgados ao mercado, os atos e decisões da Emissora destinados aos Debenturistas ou que os afetem diretamente;
- (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de



quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do descumprimento;

- (vii) em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que resulte em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
- (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (ix) 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCEB, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da respectiva data de arquivamento;
- (x) dentro de, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação da Agência de Classificação de Risco, contratada na forma do item 4.20.1 acima;
- (xi) todos os dados financeiros, o organograma e os atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea "j" do item 6.5 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- (xii) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer os poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;



- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que diretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (d) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Coordenador e ao Agente Fiduciário qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que comprovadamente inviabilize a capacidade de pagamento pela Emissora de todos os valores devidos aos Debenturistas;
- (e) comparecer, por meio de seus representantes ou procuradores, a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (f) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam diretamente comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (g) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (h) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (i) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Escriturador, o Agente Fiduciário, o Auditor Independente e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (j) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (k) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário, dentro dos padrões de mercado, que venham a ser



necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;

- (l) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos seus negócios;
- (m) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, nos termos do item 4.20.1 acima, a Agência de Classificação de Risco, de forma a manter atualizado e dar ampla divulgação ao mercado do relatório de avaliação de risco (*rating*) das Debêntures, observada a periodicidade prevista no item 4.20.1, bem como assegurar que sejam entregues ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua divulgação, comunicando-o em até 5 (cinco) Dias Úteis sobre qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures. Caso a Agência de Classificação de Risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência da cessação das atividades da Agência de Classificação de Risco e/ou da impossibilidade de emissão do *rating*, o qual deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que esta defina a nova agência classificadora de risco das Debêntures, a qual deverá ser uma das agências indicadas nesta Escritura de Emissão;
- (n) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (o) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
 - (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras consolidadas a auditoria, por Auditor Independente;



- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas de notas explicativas e parecer do Auditor Independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados na alínea "iii" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou CETIP.
- (p) manter as Garantias eficazes e exequíveis, comprometendo-se a reverter eventual ineficácia ou inexecutabilidade no prazo de 90 (noventa) Dias Úteis após o recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário nesse sentido, ressalvadas eventuais aprovações necessárias à tal reversão.

5.2. Caberá à Emissora o pagamento das despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário, desde que dentro dos padrões de mercado, e necessárias para proteção dos Debenturistas e para realização de seus créditos, incluindo, sem limitação:

- (a) publicação de relatórios, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável, se for o caso;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias;
- (c) despesas cartoriais e postais necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, desde que comprovadamente incorridas dentro dos padrões de mercado;



- (d) despesas de viagem, hospedagem e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que essas despesas devem ser comprovadamente incorridas e compatíveis com os padrões existentes no mercado em que atua o Agente Fiduciário; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis e justificadamente necessários, se ocorrerem comprovadas omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme qualificada no Preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, por meio deste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;



- (f) não existe qualquer impedimento regulamentar e não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- (l) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento. O Agente Fiduciário baseou-se nas informações prestadas pela Emissora, não tendo conduzido qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações apresentadas nesta Escritura de Emissão; e
- (m) que, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, identificou que presta serviços de agente fiduciário na seguinte emissão: 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), com vencimento em 20 de maio de 2013, em que foram emitidas 35 (trinta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da CBN não possuem garantias, conforme previsão na escritura de emissão.



6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) em contraprestação aos serviços prestados nos termos do presente instrumento, a Emissora pagará ao Agente Fiduciário parcelas anuais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para o desempenho ordinário dos serviços de Agente Fiduciário aqui previstos, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até o pagamento integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento;
- (b) as parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (v) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (c) as parcelas de remuneração previstas na alínea "a" acima serão atualizadas anualmente pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamentos seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- (e) as remunerações não incluem as despesas comprovadamente incorridas, dentro dos padrões de mercado, com viagens, estadas, alimentação, transporte e



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Igualmente não estão incluídas, devendo ser arcadas pela Emissora, as despesas comprovadamente incorridas, dentro dos padrões de mercado, com especialistas, tais como auditoria nas Garantias concedidas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão igualmente suportadas pela Emissora, incluindo as despesas com honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário, em todo o caso, desde que comprovadamente incorridos dentro dos padrões de mercado; e

- (f) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas devidamente comprovadas em que o Agente Fiduciário, dentro dos padrões de mercado, venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante apresentação das cópias dos respectivos comprovantes de despesa. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, serão igualmente suportados pela Emissora, sendo que, na hipótese desta permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, o Agente Fiduciário poderá solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração dos seus próprios bens;



- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEB, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (h) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (i) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (j) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedade por Ações, o qual deve conter, ao menos, as seguintes informações:



- (j.1) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (j.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (j.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (j.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (j.5) resgate, amortização, conversão, repactuação, aquisição facultativa e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
- (j.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
- (j.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (j.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (j.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (j.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (j.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tal a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo inclusive, controladores,



controladas, controle comum, coligadas e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e

- (j.12) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (k) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (k.1) na sede da Emissora;
 - (k.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (k.3) na CVM;
 - (k.4) na CETIP; e
 - (k.5) na sede do Coordenador Líder.
- (l) divulgar as informações referidas no subitem "j.11" da alínea (j) acima em sua página na rede mundial de computadores, tão logo delas tenha conhecimento;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (k) acima;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora, e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário para os fins exclusivos da obrigação constante desta alínea (n);
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;



- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal local "Tribuna da Bahia", no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e à AGERBA, esta última em virtude o disposto na Cláusula 8.3 do Contrato de Concessão;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) verificar a manutenção do *rating* mínimo indicado no item 4.20 desta Escritura de Emissão e/ou a validade do relatório de *rating* emitido pela Agência de Classificação de Risco;
- (s) disponibilizar aos investidores e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme calculado pela Emissora;
- (t) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (u) intimar a Emissora a reforçar ou substituir as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (v) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando expressa e justificadamente sua concordância;
- (w) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa acerca da necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (x) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e



- (y) acompanhar, em cada Data de Pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições da presente Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu Principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar as Garantias, receber o produto da cobrança e aplicá-lo no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora, respeitadas as disposições legais aplicáveis;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial, bem como intervenção e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral de Debenturistas.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto



provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.4. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado na JUCEB.

6.7.4.1. O Agente Fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.4.2. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures na forma indicada na presente Escritura de Emissão.

6.7.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.



8

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor acerca de qualquer fato que seja de competência da Assembleia Geral de Debenturistas, comprometendo-se, nesse caso, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício das suas funções, desde que arbitrados em juízo, conforme decisão transitada em julgado da qual não caibam mais recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2. Convocação

7.2.1. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais



Y

constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.2.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.2.3. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

7.3. Mesa diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito, no mínimo, pela maioria dos demais titulares de Debêntures presentes ou aquele que for designado pela CVM.

7.4. Quórum de Instalação

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.5. Quórum de Deliberação

7.5.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá 1 (um) voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quóruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura de Emissão e observado o disposto neste item 7.5.1 e no item 7.5.2 abaixo, todas as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, incluindo alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.5.2. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures ou às Datas de Pagamento da Remuneração ou Datas de Pagamento de Principal; (ii) às datas ou percentuais de amortização das Debêntures; (iii) às Garantias; (iv) à espécie das



Debêntures; (v) à redução e/ou dispensa do Prêmio de Resgate; (vi) às hipóteses de vencimento antecipado; e (vii) a qualquer quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

7.6.1. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

7.6.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de diretores, conselheiros e seus parentes até segundo grau.

7.6.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória, podendo tais representantes, em qualquer caso, participar e discutir os assuntos levados à deliberação.

7.6.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.6.5. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.



CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão e constituição das Garantias, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou instrumento no qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora;
- (e) possui todas as autorizações, concessões e licenças relevantes (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (f) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos



governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

- (g) as suas demonstrações financeiras apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não realizará outra oferta pública de valores mobiliários da mesma espécie que as Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (i) cumpre e cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada, pelo Contrato de Concessão, por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e que tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozém de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório, bem como junto a qualquer credor de contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos



termos da presente Escritura de Emissão ou para a realização da Emissão, exceto pelo arquivamento desta Escritura de Emissão na JUCEB, pelo registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, pelo registro das Garantias junto aos Cartórios de Títulos e Documentos competentes, pela averbação do penhor sobre as Ações Empenhadas nos livros do Banco Itaú Unibanco S.A., e pelo consentimento prévio, por escrito, da Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., para que seja aprovada em assembleia geral de acionistas da Emissora a contratação de qualquer operação de crédito que, de qualquer forma, dê origem a novos endividamentos, autorização essa que já foi devidamente obtida em relação à Emissão;

- (n) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação da qual a Emissora tenha sido citada e/ou notificada, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;
- (o) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (p) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas; e
- (q) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.2. A Emissora, conforme o caso, compromete-se a notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.



CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) **Se para a Emissora:**

Concessionária Bahia Norte S.A.

Rua Doutor José Peroba, nº 297, 7º andar, Edifício Atlanta Empresarial, Stiep
Salvador – BA

At.: Ricardo Reis Ribeiro / José Agrilson Cordeiro de Oliveira

Telefone: (71) 3023-6309 / 3023-6300

E-mail: ricardo@odebrecht.com / agrilsonoliveira@cbnorte.com.br

(ii) **Se para o Agente Fiduciário:**

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice* Financeiro) / Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Telefone: (21) 3385-4565

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) **Se para o Banco Mandatário e Escriturador:**

Banco Bradesco S.A.

4010-0/Departamento de Ações e Custódia - Gestão Comercial e Produtos

Cidade de Deus, s/no, Vila Yara

06029-900 – Osasco – São Paulo

At.: Pérsia Alves Gonçalves de Barros / Marcelo Poli / Fabiano Kosaka

Tel.: (11) 3684-9444 / (11) 3684-7654 / (11) 3684-9431

E-mail: 4010.persia@bradesco.com.br / 4010.mpoli@bradesco.com.br /
4010.kosaka@bradesco.com.br

(iv) **Se para a CETIP:**

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários



Telefone: (11) 3111-1596

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. Os avisos, comunicações ou notificações enviados nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão considerados plenamente eficazes se entregues às pessoas descritas no item 9.1 acima.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal



juízo, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil Brasileiro, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, exceto quando expressamente indicado de outra forma nesta Escritura de Emissão.

10.6. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes. Todos os aditamentos à presente Escritura de Emissão deverão ser arquivados na JUCEB, nos termos da legislação aplicável.

10.7. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

10.8. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

10.9. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e Escriturador e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.



10.10. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência em Reais dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IPCA, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração.

10.11. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Salvador, 17 de dezembro de 2012.

[REMANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



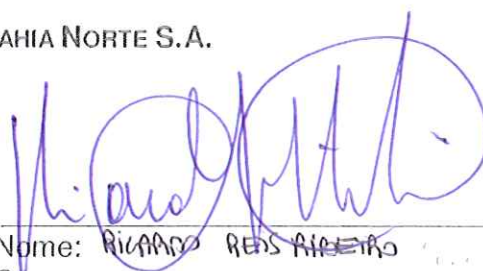
(Página de assinaturas 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária Bahia Norte S.A., datado de 17 de dezembro de 2012)

CONCESSIONÁRIA BAHIA NORTE S.A.



Nome: ORLANDO SÉRGIO BAITO BATISTA

Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: RICARDO REIS RIBEIRO

Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO




(Página de assinaturas 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária Bahia Norte S.A., datado de 17 de dezembro de 2012)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Thales Tarré**
Procurador

Testemunhas:


Nome: **Hannah Souza**
CPF: **117291 627 62**


Nome: _____
CPF: **Thais Martins B. Vieira**
RG 11.689.760-4 DIC/RJ
CPF 082.320.667-09

